

PRIVILEGIANDO A ESTABILIDADE MACROECONÓMICA EM DETRIMENTO DA PROTECÇÃO DA ECONOMIA

Banco de Moçambique mantém taxa de juro de política monetária inalterada pelo 5º mês consecutivo



1. Introdução

Através de um comunicado do Comité de Política Monetária (CPMO) publicado no dia 21 de Outubro¹, o Banco de Moçambique (BM) anunciou que decidiu manter a taxa de juro de política monetária, a taxa

MIMO, em 10,25%, assim como a taxa da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) e a de Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 7,25% e 13,25%, respectivamente. Igual tratamento tiveram os coeficientes de Reservas

¹ <http://www.bancomoc.mz/>

Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e estrangeira que foram mantidos em 11,5% e 34,5%, respectivamente.

Indiferente às críticas à sua postura de “deixa andar”² num momento em que o País se encontra em contínua recepção económica³ e com elevados custos sociais gerados pela pandemia da Covid-19, o BM continua firme na sua abordagem demasiadamente conservadora em relação à prossecução do objectivo de estabilidade de preços, mostrando-se pouco sensível em relação ao drama económico que afecta as famílias e as empresas.

Um estudo recente da Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS) apurou que, devido ao impacto económico da pandemia da Covid-19, as empresas moçambicanas registam uma redução de 60% no volume de vendas⁴, o que contribuiu para perda

de pelo menos 43 mil postos de emprego⁵. Do lado das famílias, um relatório conjunto da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentação (PMA) mostra que, por causa da Covid-19, Moçambique está entre os 27 países do mundo que estão a caminho do que pode ser considerado a pior crise alimentar das últimas gerações⁶.

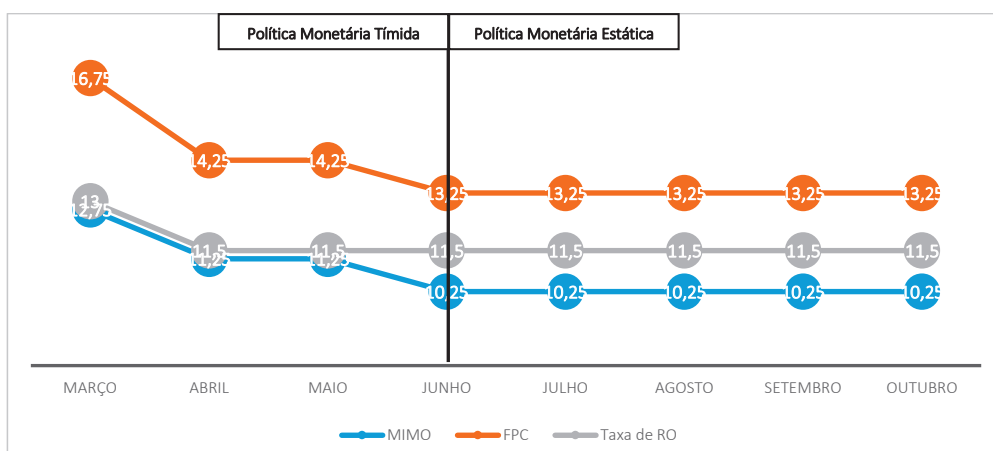
Neste contexto, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) questiona porquê razão o BM insiste na prossecução da estabilidade macroeconómica, mesmo em situações em que para que este objectivo seja alcançado haja encerramento de empresas, perda de postos de trabalho e aumento do custo de vida? Que importância tem a estabilidade macroeconómica se esta não gera um bem-estar social?

2 Nos últimos 6 meses, a política monetária do BM transitou de tímida para “estática”

O BM foi a primeira instituição do Estado a implementar uma política económica de reacção aos potenciais efeitos negativos da pandemia do coronavírus, quando a 18 de Março, quatro dias antes da confirmação do primeiro caso positivo em Moçambique, anunciou a redução das principais taxas de

referência de política monetária tendo, tal como mostra o Gráfico 1, a taxa de reservas obrigatórias para depósitos em moeda nacional passado de 13% para 11,50%, a FPC reduziu de 16,75% para 14,25% e a taxa MIMO foi fixada nos 11,25%, contra os anteriores 12,75%.

Gráfico 1: Evolução da política monetária durante a Covid-19 (Março a Outubro de 2020)



Fonte: Banco de Moçambique (2020)

² <https://cartamz.com/index.php/politica/item/5355-o-banco-de-mocambique-a-politica-monetaria-e-o-covid-19-analise-de-joao-mosca>

³ <https://www.oeconomico.com/?p=4074>

⁴ <https://www.diarioeconomico.co.mz/2020/07/10/empresas-mocambicanas-registam-reducao-de-60-no-volume-de-vendas-devido-o-covid-19/>

⁵ <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-sectoriais/resultados-do-inquerito-sobre-impacto-da-covid-19-nas-empresas.pdf/view>

⁶ <http://opais.sapo.mz/covid19-onu-alerta-para-agravamento-da-fome-no-pais-e-no-mundo>

Tratava-se, portanto, de uma medida de política monetária que visava, essencialmente, reforçar a liquidez do mercado em moeda nacional e estrangeira e permitir que as instituições de crédito continuem a financiar a economia. Com estas ações, o Banco Central visava, sobretudo, proteger o sector empresarial da economia que, com a redução da produção, da produtividade e da procura por bens e serviços como consequência dos efeitos da Covid-19, poderia enfrentar dificuldades de tesouraria para financiar as suas actividades correntes.

No entanto, e contra todas as expectativas dos agentes económicos, o BM não deu continuidade à sua política monetária expansiva, que é necessária neste momento de crise profunda da economia, e as suas interven-

ções começaram a oscilar entre reduções insignificantes das taxas de juro de referência entre Maio e Junho de 2020. Mais estranho é o facto de que, tal como ilustra o Gráfico 1, desde Junho que BM não altera (leia-se “reduz”) as taxas de juro de referência, não dando, deste modo, os estímulos financeiros necessários para resgatar a capacidade produtiva das empresas e o poder de compra das famílias, tal como foi discutido na introdução deste texto. A situação é ainda mais preocupante se tivermos em conta que a próxima sessão do CPMO só terá lugar no dia 16 de Dezembro, significando que as próximas 8 (oito) semanas continuarão a ser muito défices para as empresas e as famílias moçambicanas.

3. Há espaço para relaxar a política monetária e continuar a apoiar a actividade económica

A teoria económica preconiza que um banco central pode, de forma confortável, reduzir a taxa de juro de política monetária, desde que a taxa de juro real seja positiva, i.e., a diferença entre a taxa de juro nominal e a taxa de inflação seja maior que zero. Na tabela a seguir compara-se as taxas de juro

reais de Moçambique e de alguns países da região. A tabela em referência mostra que Moçambique é o País com a maior taxa de juro real em resultado de ter uma das maiores taxas de juro de política monetária e também uma das mais baixas taxas de inflação da região.

Tabela: Comparação de taxas de juro reais em algumas economias da região (Setembro de 2020)

País	Taxa de Juro de Política Monetária, % (1)	Taxa de Inflação (%) (2)	Taxa de Juro real (%) (1)-(2)
África do Sul	3.50	3.1	0.40
Angola	15.50	28.32	-12.82
Botswana	3.75	1.8	1.95
Malawi	13.50	7.1	6.4
Ilhas Maurícias	1.85	2.6	-0.8
Moçambique	10.25	2.98	7.27
Namíbia	3.25	2.4	0.85
Zâmbia	8	15.7	-7.7

Fontes: <http://www.cbrates.com/> e <https://tradingeconomics.com/country-list/inflation-rate>

Estes números significam que, querendo de facto estimular a economia moçambicana em tempos de crise provocada pela Covid-19, o BM deve baixar mais a taxa MIMO para níveis de 4% a 5%, como se verifica em Botswana e na Namíbia. Aliás, a Proposta de Plano Eco-

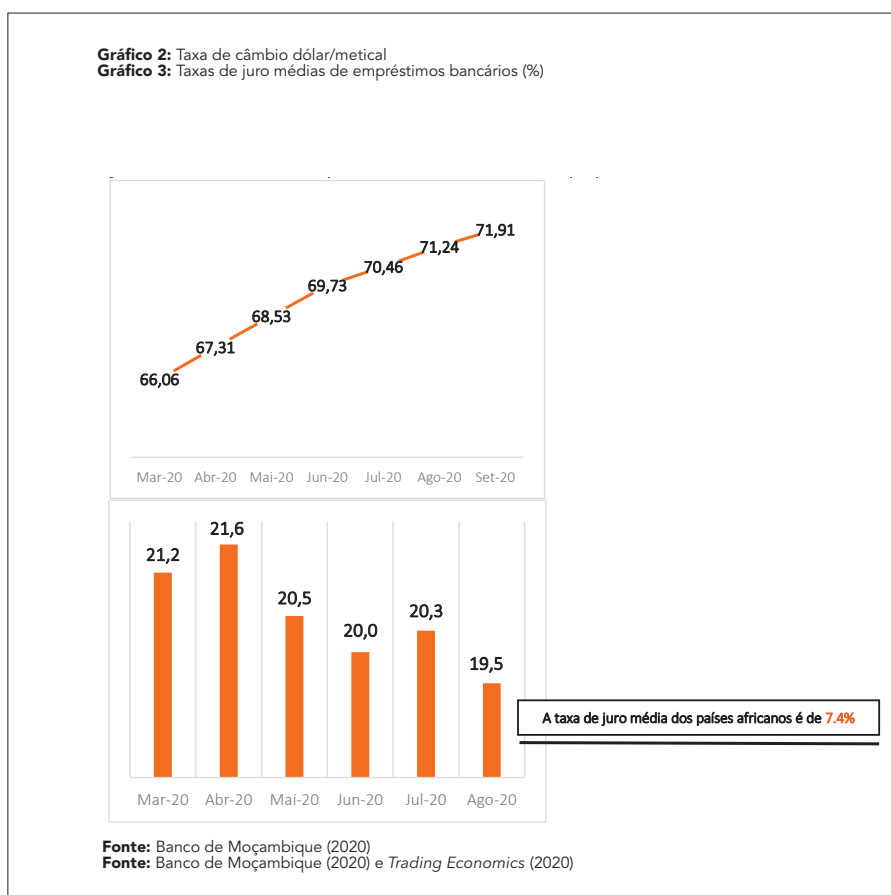
nomico e Social para 2021 prevê que a taxa de inflação se situe em 5%, o que representa 1.6pp abaixo do que foi proposto para o ano de 2020. Portanto, isto aumenta mais dúvidas sobre a actuação pouco intervencionista do BM em nome do “controlo da inflação”.

4. Enquanto o BM apega-se aos princípios de estabilidade macroeconómica, o custo do dinheiro vai sufocando as empresas e as famílias moçambicanas

Conforme ilustra o Gráfico 2, quando no dia 23 de Março o BM anunciou uma linha de especial de crédito para importação no valor 500 milhões de dólares, a taxa de câmbio de referência indicava que cada unidade de dólar americano custava 66.06 meticais. No entanto, e contrariamente ao esperado, o metical começou a depreciar a uma taxa média mensal de 1.5%, estando agora cada dólar cotado em 71.91 meticais. Este valor representa uma depreciação de 15% em relação à taxa de câmbio média do ano passado (62,5 meticais).

Dois efeitos económicos indesejáveis re-

sultantes desta evolução negativa do valor do metical em relação ao dólar americano são: (i) o agravamento da insustentabilidade da dívida pública pelo encarecimento do serviço de dívida; e (ii) o encarecimento das importações de produtos e serviços. Este esforço financeiro adicional provocado pela depreciação do metical em relação ao dólar americano enfraquece a capacidade do País para enfrentar a crise económica causada pela Covid-19, que obrigou ao isolamento social e à paralisação total ou parcial de muitas actividades económicas.



Conforme ilustra o Gráfico 3, apesar de uma ligeira redução na taxa de juro de empréstimos bancários de 21.2 para 19.5%, entre Março e Agosto do presente ano, as taxas de juro cobradas pelos bancos comerciais continuam sendo das mais altas do mundo.




INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autores: Agostinho Machava e Dimas Sinoia

Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando
Layout: CDD

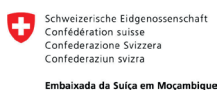
Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique



Kingdom of the Netherlands



National Endowment for Democracy
 Supporting freedom around the world